

INSTITUTO JAPÃO

ACADÊMICA DANIELA YUMI YOSHIMOTO
ORIENTADOR LUIS C. MACCHI / FAUFRGS

2017.1



ÍNDICE

1 TEMA

- 1.1. Justificativa da temática
- 1.2. Programa x sítio x tecido urbano
- 1.3. Objetivos da proposta

2 DESENVOLVIMENTO DE PROJETO

- 2.1. Níveis e padrões de desenvolvimento
- 2.2. Metodologia

3 DEFINIÇÕES GERAIS

- 3.1. Agentes de intervenção e seus objetivos
- 3.2. Caracterização da população alvo
- 3.3. Aspectos temporais
- 3.4. Aspectos econômicos

4 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

- 4.1. Descrição das atividades
- 4.2. Tabulação dos requerimentos, população e dimensionamento
- 4.3. Organização dos fluxos

5 LEVANTAMENTO

- 5.1. Potencialidades e limitações
- 5.2. Morfologia urbana
- 5.3. Uso do solo e atividades
- 5.4. Características espaciais
- 5.5. Sistema de circulação
- 5.6. Redes de infraestrutura
- 5.7. Caracterização da população
- 5.8. Levantamento plani-altimétrico
- 5.9. Levantamento fotográfico
- 5.10. Condições ambientais

6 CONDICIONANTES LEGAIS

7 FONTES DE INFORMAÇÃO

8 ANEXOS

ORIENTADOR LUIS CARLOS MACCHI

設立日本



1 ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA



1.1. JUSTIFICATIVA DA TEMÁTICA

Com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil em 1908 foi estabelecido o início dos laços culturais entre Brasil e Japão. Desde então a relação entre esses dois países tão diferentes culturalmente só se fortalece. O Brasil é o país com maior colônia japonesa fora do Japão, com 1,8 milhões de descendentes residentes. Já no Rio Grande do Sul, data de 1956 o registro da chegada dos primeiros japoneses ao estado, especialmente para atuar na agricultura. Entre os gaúchos, vivem 120 mil *nikkeis* (日系), descendentes japoneses, cerca de 3 mil famílias, configurando como o 6º estado com maior concentração de população.

Visto que a imigração japonesa no Rio Grande do Sul ocorreu há mais de 50 anos, e a imigração nacional aconteceu há quase 110 anos, é perceptível na comunidade japonesa que a densidade populacional dos *issei* (一世), primeira geração, vem diminuindo, ano após ano. Sendo assim, há a necessidade de proteger e ao mesmo tempo, divulgar o legado da cultura japonesa, uma vez que existe a chance de extinguir-se. A possibilidade de conservar esse patrimônio cultural através de um meio tangível, na forma de uma edificação, é o sonho de cada integrante da colônia japonesa.

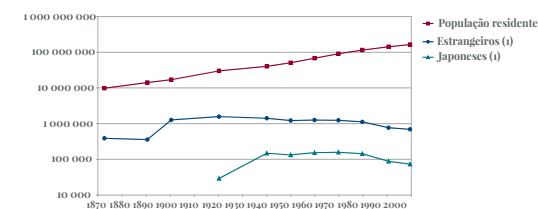
Atualmente existe uma iniciativa com o mesmo propósito, de divulgar e promover a cultura japonesa no Rio Grande do Sul, porém ocorre de forma efêmera. O Festival do Japão RS é um evento realizado anualmente, sempre no mês de agosto em um final de semana próximo à data de 18/08, considerado o Dia do Imigrante Japonês no Rio Grande do Sul.

O evento celebra o dia como uma forma de preservar a cultura e as tradições do país de origem dos descendentes japoneses juntamente com os gaúchos, já está em sua 6ª edição e possui um público de aproximadamente 70 mil pessoas. Assim, é notado o grande consumo e difusão da cultura japonesa no Rio Grande do Sul. Podemos perceber, também, pelo elevado número de restaurantes da culinária japonesa presentes no estado. Isso demonstra o interesse do público em geral e a relevância do tema para o estado.

No mundo contemporâneo extremamente competitivo, a cultura vem sendo abordada como um entretenimento por empresários, políticos, agentes culturais, ou seja, vista como uma mercadoria espetacularizada na imagem da cidade tendo se tornado um "bom negócio", iniciando uma nova maneira de "fazer cidade". O surgimento do Centro Cultural vai, além disso, provocando modificações nos ambientes construídos, podendo recuperar, revitalizar e dar uma nova funcionalidade para os espaços considerados degradados.

(Renata Ribeiro Neves, 2013)

Gráfico 1 - População residente, de estrangeiros e de japoneses - Brasil - 1872/2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

1 ASPECTOS RELATIVOS AO TEMA



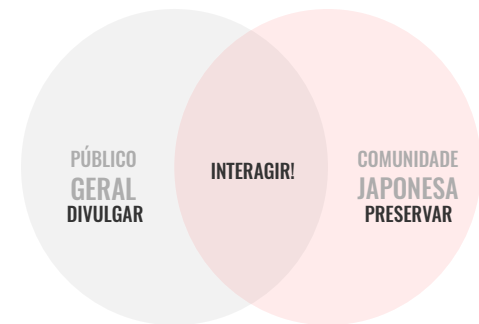
1.2. PROGRAMA x SÍTIO x TECIDO URBANO

O terreno está localizado no bairro Boa Vista, de frente para a Praça Japão. Essa região é caracterizada como parte nobre da cidade, com alto índice de arborização e morfologia em sua maioria do tipo residencial, contribuindo para a criação de um cenário bucólico. Desde 1963 a Praça Japão recebe esse nome, por ser uma área verde de Porto Alegre com árvores do tipo cerejeira, que atualmente já não existem mais. Em 1996, uma placa foi instalado no local, como homenagem às vítimas dos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki. Fora isso, o local não possui nenhum elemento tipicamente nipônico. Por esse motivo, é possível perceber a falta de legitimidade do espaço, marcada pela omissão e inexistência de apropriação do local pela comunidade japonesa.

O terreno situa-se próximo a Praça Shiga e ao Escritório Consular do Japão, é amplo pois os terrenos são as maiores fachadas com face para a praça, excetuando-se a academia INEEX. Assim, a implantação de um novo equipamento cultural pode impulsionar a região, criando interesse em recuperar os espaços públicos através da oportunidade de interface com a praça. O terreno, inclusive, possui condicionantes urbanos favoráveis os quais se relacionam com o entorno de baixa altura. A Praça Japão é um dos pontos mais altos da região, o que beneficia o projeto pois o mesmo tem o intuito de ser uma edificação próxima do pedestre, convidativa ao invés de monumentalista, mas com vasto programa que pode ser aplicado vencendo o desnível do terreno. Ou seja, o terreno viabiliza a temática cultural através da sua inclinação descendente em relação a praça.

1.3. OBJETIVOS DA PROPOSTA

Dentro dessa perspectiva, a proposta tem como principal intenção possibilitar o uso da edificação cultural Instituto Japão tanto pelo público em geral quanto pela comunidade japonesa de forma independente ou conjuntamente. Isto é, o objetivo da proposta é assegurar a divulgação da cultura japonesa através de atividades voltadas para o público em geral e ainda abrigar o acontecimento das diversas manifestações culturais japonesas existentes no Rio Grande do Sul, a fim de preservar e dar continuidade para as demais gerações.



Poderão ocorrer também, outras atividades de caráter cultural e relevantes para a população em geral, como apresentações, shows, palestras e cursos. Essa é uma forma de viabilizar a vitalidade da edificação, premissa fundamental em um centro cultural, o qual deve ser um espaço permeável, dinâmico e pulsante. Dessa forma pretende-se, ainda, vivificar a região, requalificando o espaço que atualmente existem casas pouco ocupadas.

2 DESENVOLVIMENTO DE PROJETO



2.1. NÍVEIS E PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO

A proposta a ser desenvolvida é composta do projeto arquitetônico da edificação principal que abrigará o programa a ser descrito e acompanhado do projeto paisagístico de jardim interno, componente de fundamental importância na cultura japonesa. Sendo assim, o nível de desenvolvimento proposto será análogo a escala e proporções do local em que o projeto será inserido, equivalendo-se a um projeto na etapa de anteprojeto.

Deverá partir de um diagnóstico macro da região, levando em consideração permissas do terreno, relações com o entorno e condicionantes de regime urbanístico. A conexão da edificação com o seu entorno é de necessária importância, uma vez que o objetivo da proposta também é revitalizar a área, como a praça e o entorno. Após a contextualização, o projeto será representado através de desenhos e documentos, totalizando o seguinte material:

/ Diagramas conceituais	sem escala
/ Planta de localização	1:1000
/ Planta de situação	1:500
/ Implantação, cobertura e entorno	1:200
/ Plantas baixas dos pavimentos	1:200
/ Cortes	1:200
/ Elevações	1:200
/ Cortes setoriais	1:25
/ Detalhamento construtivo	escala a definir
/ Axonométricas	sem escala
/ Perspectivas internas	sem escala
/ Perspectivas externas	sem escala
/ Maquete do conjunto	escala a definir

2.2. METODOLOGIA

A proposta a ser desenvolvida ao longo do semestre com apoio dos encontros semanais do professor orientador. Será dividida nas seguintes etapas:

1. PESQUISA / LEVANTAMENTO DE DADOS

Composta pelo presente documento, no qual serão levantadas as informações necessárias referentes ao contexto no qual a proposta será elaborada. O contexto abrange aspectos relativos ao tema, programa, sítio, tecido urbano e condicionantes legais.

2. ESTUDO PRELIMINAR

Composto por uma solução arquitetônica concebida após a análise dos dados previamente coletados. Essa etapa será apresentada em forma de representação gráfica apropriada, exercendo o nível de desenvolvimento pretendido.

3. ANTEPROJETO

Composto pelo desenvolvimento e conclusão da proposta apresentada no estudo preliminar, totalizando o nível de desenvolvimento pretendido, com apresentação de cortes setoriais e detalhamentos construtivos, além de elementos pertinentes para a compreensão do projeto arquitetônico.

3 DEFINIÇÕES GERAIS



3.1. AGENTES DE INTERVENÇÃO E SEUS OBJETIVOS

Um instituto funciona como uma organização cultural, artística ou científica, de caráter público ou privada. Ainda, é considerada uma entidade com fins sociais nos quais incluem costumes ou estruturas que vigoram em uma determinada região ou comunidade. Dessa forma, supõe-se que os agentes de intervenção apoiadoras do Instituto Japão seriam as entidades existentes de cunho cultural a seguir:

/ ENKYO SUL - Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul, entidade sem fins lucrativos com a finalidade de oferecer assistência social aos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, além de promover eventos culturais, educacionais e esportivos para a comunidade em geral.

/ Escritório Consular do Japão POA - Subordinado ao Consulado Geral do Japão em Curitiba. Presta atendimento aos descendentes, encaminha solicitações de vistos, apoia ações de cunho cultural e auxilia a promover bolsas para o Japão,

/ ACJ POA - Associação da Cultura Japonesa de Porto Alegre que tem como principal finalidade promover o bem estar de sua comunidade com eventos, palestras e outras atividades culturais relacionadas a cultura japonesa.

Assim sendo, o agente de intervenção principal vinculada a proposta será a ACJ, pois é a associação que possui maior caráter cultural e estimula a divulgação e a preservação da cultura japonesa.

O formato mais provável a fim de viabilizar a proposta seria uma parceria do tipo público-privado, buscando o financiamento através da Lei Rouanet (Lei Nº 8.313/91) e o do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Essa lei funciona mediante ao mecanismo de incentivos fiscais, os quais estimulam o apoio da iniciativa privada ao setor cultural em troca da insenção por parte dos impostos ao Governo. A proposta se enquadra nos descritos da lei, conforme trechos a seguir.

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

(Lei Nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991)

Como benefícios para as empresas que apoiam esse tipo de financiamento estão a possibilidade de agregar valor à marca por meio do apoio a uma iniciativa que valoriza a cultura na cidade, promove o desenvolvimento cultural e gera aproximação com a comunidade.

3 DEFINIÇÕES GERAIS



3.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO

A proposta estende-se tanto para a comunidade japonesa e a comunidade do bairro/usuários da praça, quanto para a população em geral. Ou seja, o projeto irá prever espaços nos quais podem oferecer atividades específicas para a comunidade japonesa e local, ao mesmo tempo em que se dispõe acessível a visitantes com interesse em cultura e lazer, atraídos pelo o programa que o projeto oferece.

3.3. ASPECTOS TEMPORAIS

Quanto a estimativa de prazo de execução, é difícil prever o tempo total de obra, uma vez que depende de trâmites administrativos com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O processo completo de realização do projeto é considerado desde os primeiros estudos até a entrega da obra finalizada, ou seja, compõem o processo total as seguintes etapas:

1. ESTUDO PRELIMINAR

2. ANTEPROJETO

3. PROJETO LEGAL

4. PROJETO EXECUTIVO

5. EXECUÇÃO DA OBRA

depende da aprovação de projeto pela prefeitura!

5.1.
COMPRA DO
TERRENO

5.2.
PREPARAÇÃO
DO TERRENO

5.3.
CONSTRUÇÃO
DA EDIFICAÇÃO

5.4.
PAISAGISMO E
ÁREAS EXT.

3.4. ASPECTOS ECONÔMICOS

Quanto a estimativa de custo de execução, é possível prever de acordo com os limites de área construída do regime urbanístico de Porto Alegre (PDDUA) e com os valores do CUB do Sinduscon-RS de março de 2017.

Considerando o IA de 1,0 para os dois terrenos que totalizam 2.560m², é possível construir até 2.560m² de área adensável. Considerando o CUB para projetos do tipo comercial andar livre até 8 pavimentos em padrão normal, o custo do m² corresponde a R\$ 1.639,42. Será multiplicado pelo fator 2,5 o CUB a fim de considerar a grande quantidade de instalações que o projeto envolve.

Área a ser considerada (IA = 1,0) = 2.560m²

1CUB = R\$ 1.639,42

2.560m² x 2,5CUB = R\$ 8.393.830,40

A partir desse valor, deve-se somar ainda 2% do valor da obra para orçar o valor dos projetos executivos, arquitetônico e complementares, além dos projetos legais e aprovações com a prefeitura e demais instituições. Sendo assim, o valor de projeto e aprovações é igual a R\$ 167.876,60.

**VALOR TOTAL DA OBRA
= R\$ 8.561.707,00**

4 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Tratando-se de uma a proposta de caráter cultural, a edificação conterá espaços que visam informar, discutir e criar, principais funções de um centro de cultura.

O centro cultural tem por objetivo reunir um público com características heterogêneas, promovendo ação cultural, um espaço que seja a simbiose, o amálgama torturado das relações humanas, parece ser próprio à cultura e desejável como proposta evidenciando seus requisitos mais gerais: informar, discutir e criar.
(Renata Ribeiro Neves, 2013)

Quanto ao verbo informar, deverá ser possível a interação com o público em geral e o seu acesso a informação. Quanto ao verbo discutir, além da disseminação do acervo de informações, um centro cultural deve criar oportunidades de discussões, reflexões e críticas, a fim de gerar maior pensamento por parte da comunidade e potencializar as informações já divulgadas. Finalmente quanto ao verbo criar, que é o resultado das duas últimas ações, e objetivo principal de um centro de cultura, deve-se proporcionar espaços de criação, essenciais a fluência da cultura em sua totalidade, gerando novas ideias, proposta e possibilidade de transformação. Essas três ações (informar, discutir e criar) intensificam a força e a importância dos centros culturais, que não podem funcionar somente como opção de lazer para o público em geral, mas também como um local onde há centralização das atividades diversificadas, que atuam de forma conjunta ou independente, com o objetivo principal de agregar e entregar a comunidade envolvida.

Dessa forma, o programa de necessidades pode ser dividido nos seguintes grupos:

1. ACESSO

Deverá ser previsto uma recepção.

2. ESPAÇOS CULTURAIS

Deverá ser previsto uma galeria para exposições, pequena biblioteca contendo acervo da ACJ e loja.

2. AUDITÓRIO

Deverá ser previsto auditório para 85 pessoas, além de uma infraestrutura que comporte espetáculos.

3. CAFÉ / BAR - CHASHITSU

Deverá ser previsto pequeno café/bar a fim de atender demandas do público que estiver utilizando os espaços culturais do centro.

4. CURSOS

Deverá ser previsto espaço para abrigar os diversos cursos da cultura japonesa como danças tradicionais, música instrumental e karaokê, artesanato etc.

5. ESPAÇO MULTIUSO

Deverá ser previsto um grande espaço multiuso a fim de atender eventos, palestras, projeções etc.

6. ESCOLA - GAKKÔ

Atualmente a ACJ está vinculada ao Centro de Estudos da Língua Japonesa de POA, no qual oferece aulas de língua japonesa para diversas turmas de diferentes idades. O número de alunos é de 80 pessoas e as 17 turmas estão divididas em 6 salas. Entretanto, a ACJ expressou a falta de espaço, existe uma demanda maior de alunos, porém a área reduzida das salas atualmente não comportam mais alunos. O local ainda atende cursos de artesanato e mangá, além de feira mensal, aberta a comunidade japonesa e ao público em geral. Com a associação

entre ACJ e Instituto Japão, o centro de cultura sustentaria essa atividade em paralelo, garantindo vivacidade ao espaço.

7. APOIO

Além das atividades voltadas para o público, grupos principais já citados, o Instituto Japão deve contar com áreas de apoio para proporcionar o bom funcionamento de todas as unidades espaciais da proposta. Deve conter áreas administrativas, tanto para administração da escola quanto para a administração do complexo cultural. Serão previstas salas para diretoria, funcionários, secretariado e sala para reuniões da diretoria e entidades japonesas. Além disso, o programa deve prever espaços para os funcionários como copa, estar, vestiários e sanitários.

8. INFRAESTRUTURA

Deverá ser previsto área para o transformador, gerador, reservatórios inferiores e bombas, máquinas de ar condicionado, central de gás, depósito de lixo e depósito de materiais de limpeza.

9. ESTACIONAMENTO

Deverá ser previsto área para estacionamento de veículos para os funcionários e os visitantes.

10. ÁREA EXTERNA - SOTÔ

Por fim, um grupo espacial de grande importância para os japoneses, e conclusão de percurso da proposta, é a área externa de uma casa ou edificação, espaço em contato com a natureza e contemplação do momento presente. Deve-se proporcionar alguma conexão atemporal com o oriente, com a ideia de que o jardim se transforme em oásis em meio ao caos da cidade, permitindo a sensação de uma atmosfera mais leve. Pretende-se que o visitante perceba a edificação em complementação do jardim como um todo único, uma experiência singular e orgânica. A área externa contará com espaços para contemplação como jardim zen, área com lago e espaços de convivência e lazer como cinema ao ar livre.

4 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.2. TABULAÇÃO DOS REQUERIMENTOS, POPULAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

GRUPO	ESPAÇO	POP. FIXA	POP. VARIÁVEL	REQUERIMENTOS	QTD	ÁREA PARCIAL	ÁREA TOTAL
1. ACESSO	RECEPÇÃO PRINCIPAL	1	10	balcão, cadeira, computador	1	50m ²	50m ²
2. ESPAÇOS CULTURAIS	GALERIA	1	10	apoio exposições	1	80m ²	80m ²
	BIBLIOTECA	1	10	balcão, cadeiras, poltronas, mesas, armários, estantes	1	80m ²	80m ²
	LOJA	1	5	estantes, armários, expositores	1	30m ²	30m ²
2. AUDITÓRIO	FOYER AUDITÓRIO	-	85	poltronas, mesas de apoio	1	60m ²	60m ²
	PLATÉIA	-	85	poltronas	1	100m ²	100m ²
	PALCO	-	20	área elevada em relação a platéia com área técnica	1	50m ²	50m ²
	CAMARIM AUDITÓRIO	-	8	mesa, cadeira, espelho, armários e araras	1	20m ²	20m ²
	VESTIÁRIO AUDITÓRIO	-	4	bacias sanitárias, lavatórios, chuveiros	2	10m ²	20m ²
	LUZ/VÍDEO/SOM	-	4	mesa, cadeira, equipamento de luz, vídeo, som e tradução	1	10m ²	10m ²
3. CAFÉ / BAR - CHASHITSU	CAFÉ / BAR	2	20	balcão, mesas, cadeiras	1	75m ²	75m ²
	SANITÁRIOS	-	6	bacias sanitárias, lavatórios	2	15m ²	30m ²
4. CURSOS	RECEPÇÃO CURSOS	1	5	balcão, cadeira, computador	1	15m ²	15m ²
	SALA CURSOS	-	15/sala	mesas, cadeiras, computador, projetor, quadro	3	30m ²	90m ²
	SALA MÚSICA	-	20	mesas, cadeiras, quadro	1	60m ²	60m ²
	SALA DANÇA	-	20	cadeiras, equipamento de som	1	60m ²	60m ²
	SANITÁRIOS	-	3	bacias sanitárias, lavatórios	2	10m ²	20m ²
5. ESPAÇO MULTIUSO	COZINHA EXPERIMENTAL	-	10	fogão, forno, bancada, armários, refrigeradores	1	40m ²	40m ²
	ÁREA PARA EVENTOS	-	85	mesas, cadeiras	1	180m ²	180m ²
	SANITÁRIOS	-	6	bacias sanitárias, lavatórios	2	15m ²	30m ²
6. ESCOLA - GAKKÔ	RECEPÇÃO ESCOLA	1	5	balcão, cadeira, computador	1	15m ²	15m ³
	SALA DE AULA ESCOLA	-	15/sala	mesas, cadeiras, computador, projetor, quadro	6	30m ²	180m ²
	SANITÁRIOS	-	6	bacias sanitárias, lavatórios	2	15m ²	30m ²

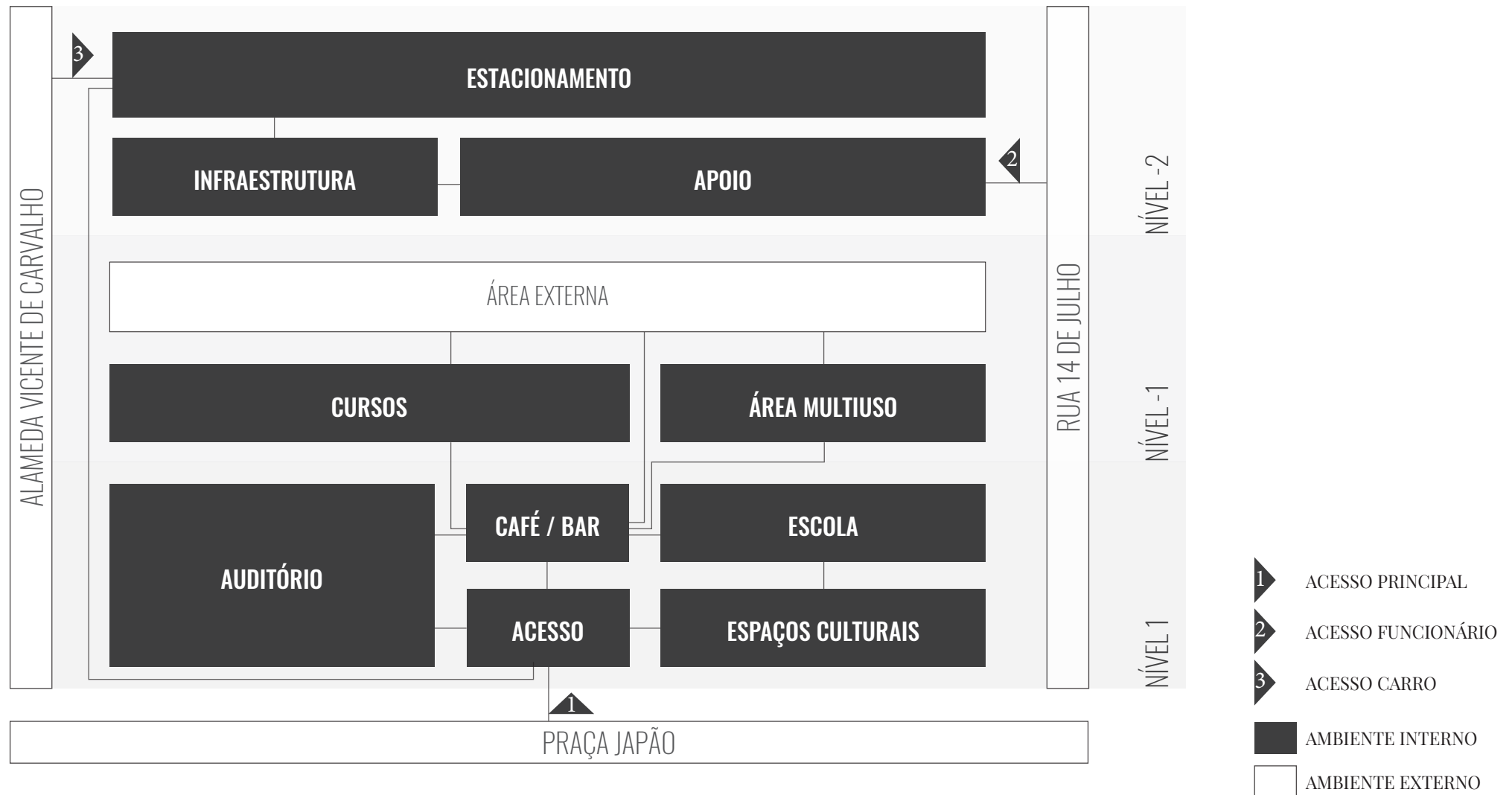
4 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.2. TABULAÇÃO DOS REQUERIMENTOS, POPULAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

GRUPO	ESPAÇO	POP. FIXA	POP. VARIÁVEL	REQUERIMENTOS	QTD	ÁREA PARCIAL	ÁREA TOTAL
7. APOIO	SECRETARIA	1	5	mesas, cadeiras, computador, armários	1	15m ²	15m ²
	ADMINISTRAÇÃO	-	10	mesas, cadeiras, computador, armários, arquivos	1	45m ²	45m ²
	SANITÁRIOS	-	3	bacias sanitárias, lavatórios	2	10m ²	20m ²
	SALA REUNIÕES	-	20	mesa, cadeiras, computador, projetor, quadro	1	50m ²	50m ²
	DEPÓSITO	-	-	estantes, armários	2	10m ²	20m ²
	DML	-	1	estantes, armários	1	10m ²	10m ²
	COPA / ESTAR FUNCIONÁRIOS	-	5	microondas, bancada, geladeira, mesa, cadeiras, sofás	1	20m ²	20m ²
	SANITÁRIOS / VESTIÁRIOS FUNCIONÁRIOS	-	4	bacias sanitárias, lavatórios, chuveiros	2	10m ²	20m ²
	ACESSO / PORTARIA FUNCIONÁRIOS	1	-	mesa, cadeira	1	10m ²	10m ²
8. INFRAESTRUTURA	TRANSFORMADOR	-	-	-	1	10m ²	10m ²
	GERADOR	-	-	-	1	20m ²	20m ²
	RESERVATÓRIOS	-	-	-	1	40m ²	40m ²
	MÁQUINAS AR CONDICIONADO	-	-	-	1	10m ²	10m ²
	CENTRAL DE GÁS	-	-	-	1	20m ²	20m ²
	DEPÓSITO DE LIXO	-	-	-	1	10m ²	10m ²
9. ESTACIONAMENTO	ESTACIONAMENTO	-	35	-	1	800m ²	800m ²
10. ÁREA EXTERNA - SOTÔ	ÁREA DE CONTEMPLAÇÃO	-	20	jardim, lago	1	200m ²	200m ²
	JARDIM ZEN	-	-	jardim	1	100m ²	100m ²
	CASA DE CHÁ	-	4	mesa	1	10m ²	10m ²
	CINEMA AO LIVRE	-	30	projetor, bancos	1	40m ²	40m ²
	ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA	-	20	bancos, mesas	1	50m ²	50m ²
TOTAL (adensável 1.935 m ² + não densável 910m ²)							2.845 m ²

4 DEFINIÇÃO DO PROGRAMA

4.3. ORGANIZAÇÃO DOS FLUXOS



5 LEVANTAMENTO

5.1. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

REGIME URBANÍSTICO + ASPECTOS ESPACIAIS

De acordo com o Regime Urbanístico, a Atividade (16.1) da região é determinada como Área de Ambiência Cultural, caracterizada por ser o espaço de transição entre o núcleo da Área de Interesse Cultural e seu entorno. Sendo assim, a região é propensa a receber projetos de cunho cultural, além de ser uma área extremamente arborizada e com clima bucólico.

DIVERSIFICAÇÃO DE USOS

Existe uma grande concentração de projetos culturais na região central de Porto Alegre, em bairros como Centro Histórico, Cidade Baixa, Bom Fim, Floresta e Independência. Sendo assim, a proposta seria uma oportunidade para o bairro Boa Vista, com menos opções de cultura, e ainda diversificação de usos para a própria região, fortemente marcada pelo uso residencial.

FÁCIL ACESSO E LOCOMOÇÃO

O entorno direto da Praça Japão é conectada por duas vias arteriais, a Av. Dr. Nilo Peçanha e a Av. Carlos Gomes. Essas duas avenidas possuem intenso fluxo de automóveis, além de contarem com rede de transporte público como ônibus e lotação. Entretanto, ao adentrar no bairro, a região é de fácil locomoção para pedestre, uma vez que as ruas são todas vias locais internamente, com grandes inclinações e calmas.



5 LEVANTAMENTO

5.1. POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

PROJETO TRINCHEIRA ANITA GARIBALDI

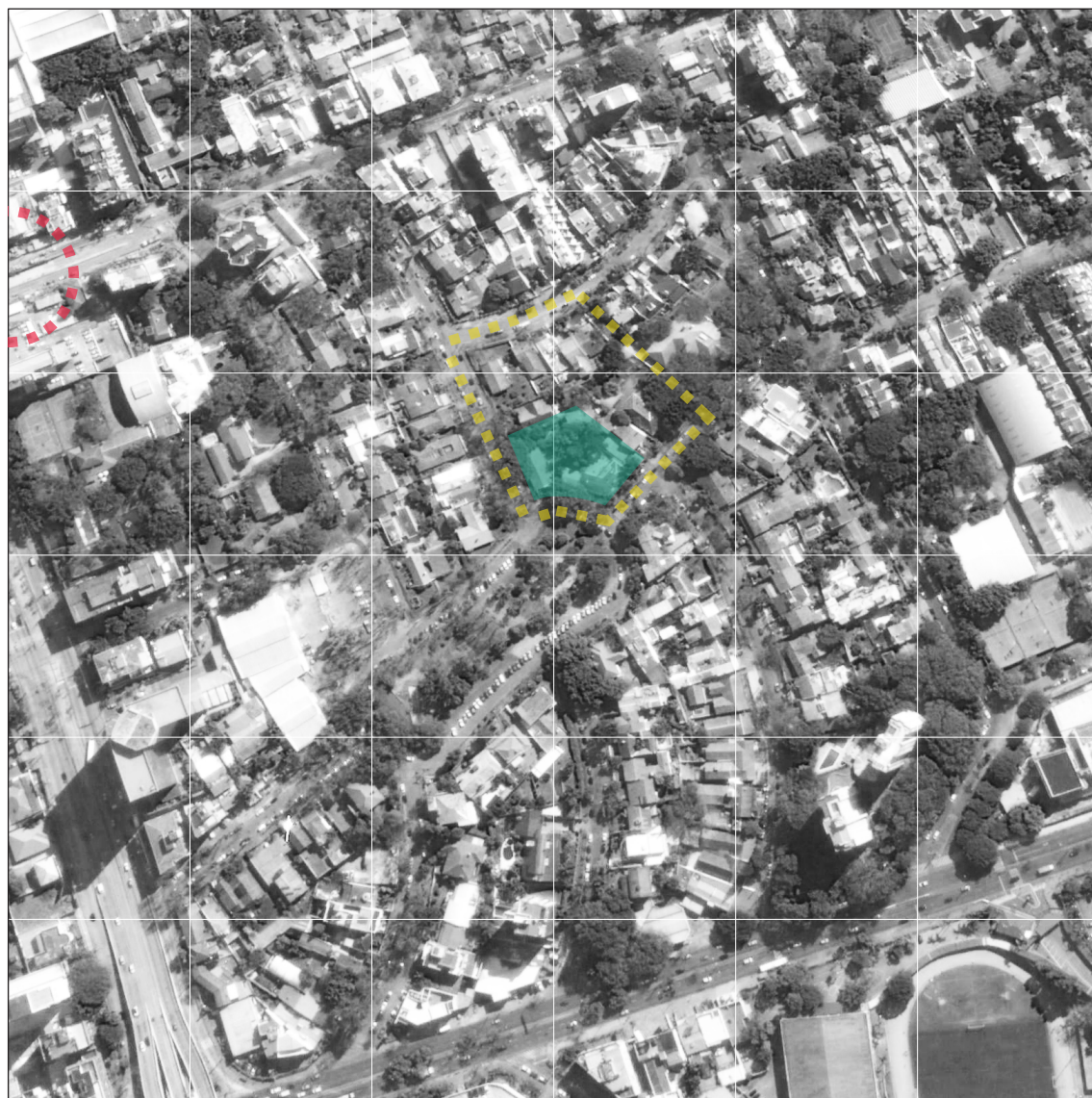
A AMAPRAJA (Associação de Moradores da Praça Japão) e a AMOBELA (Associação dos Moradores do Bela Vista e do Mont'Serrat) questionaram e confrontaram a realização da obra na Rua Anita Garibaldi, a qual “destrói, desvaloriza a paisagem local; que aumenta o tráfego pesado em ruas com pedras rosáceas (...) não soluciona nem no seu início e quiçá no futuro as questões de tráfego na região”. Além disso, foram derrubadas cerca de 60 árvores no alargamento da via, a serem transplantadas em outro local. O projeto apresentou implantação de vegetação no local, mas até o momento nada do que foi prometida foi instalada, como trepadeiras e flores. Sendo assim, é necessário levar em consideração as preocupações da comunidade local na implantação de um projeto na região.

REGIME URBANÍSTICO + ASPECTOS ESPACIAIS

O regime urbanístico para a região, ainda, limita em questões de altura máxima (9m) e índice de aproveitamento (1,0). Sendo assim, será necessário utilizar solo criado no terreno, elevando o índice construtivo (para 1,5). Além disso, o terreno está inserido em uma área com alta inclinação, limitando as condições de projeto.

ZONA RESIDENCIAL

O entorno é de zona residencial, o que pode ser um limitante na medida em a implantação de uma proposta de caráter cultural e público pode gerar um certo estranhamento e desconforto para os moradores da região.



5 LEVANTAMENTO

5.2. MORFOLOGIA URBANA

Quanto a morfologia urbana, é possível perceber a diferença das escalas, relacionadas ao tipo de via, como arterial, coletora ou local. Ou seja, os grãos das edificações de frente para avenidas do tipo arterial (Av. Nilo Peçanha e Av. Carlos Gomes) são de grande dimensões, em relação aos pequenos grãos dos lotes internos do bairro, de frente para ruas coletoras ou locais. Em relação à recuos e jardins, podemos perceber vazios internos às quadras, nos fundos dos lotes, possibilitando o uso de jardim e até pequenos quiosques ou edificação térrea.

As edificações, na sua maioria casas, nas proximidades da Praça Japão, apresentam geometria semelhante entre si, em forma de faixa, caracterizadas por lotes com menor largura e maior comprimento. Considerando que os lotes são orientados pelas ruas, as ruas que se encontram na Praça Japão são em sua maioria alamedas, ruas com leve curvatura a fim de vencer as grandes inclinações da região. Sendo assim, os lotes acabam sugerindo formas bem irregulares de terreno, possibilitando jardins no recuo frontal e lateral.

O terreno escolhido para a proposta de projeto se caracteriza por possuir os dois maiores terrenos que circundam a Praça Japão, excluindo apenas o terreno da antiga Hyundai, agora academia INEEX (Praça Japão, 30). Os dois terrenos possibilitam um total de 3 fachadas, sendo a de relação mais importante para a proposta, a de conexão com a Praça Japão. Dessa forma, as próprias edificações existentes no terreno atualmente sugerem uma volumetria que se relaciona com o entorno de forma que, mesmo sem ser um lote estreito, as edificações existentes se encontram no limite do terreno com a rua e possuem área externa no miolo do terreno.



5 LEVANTAMENTO

5.3. USO DO SOLO E ATIVIDADES

Quanto aos usos e atividades do entorno, é possível identificar a predominância do uso residencial na região, principalmente nas áreas mais internas do bairro. O uso residencial é caracterizado em sua maioria por casas com poucos pavimentos, limitados pelo regime urbanístico.

O uso comercial está relacionado principalmente com o movimento e maior possibilidade de circulação das vias arteriais (Av. Dr. Nilo Peçanha e Av. Carlos Gomes) e também com o regime urbanístico, que permite a construção de mais pavimentos e mais área das edificações. O uso comercial na Av. Nilo Peçanha é constituído por lojas ou estabelecimentos de prestação de serviços. Já o uso comercial na Av. Carlos Gomes é caracterizado na sua maioria por edifícios de salas comerciais as quais em algumas ocasiões possuem térreo também comercial, como uma loja ou um café. O uso comercial estendido internamente no bairro, identificado pontualmente e de forma mais isolada, é caracterizado pela preservação da casa térrea ou de 2 pavimentos existente anteriormente.

Entre o uso institucional podemos identificar o Colégio Anchieta, a Unisinos, a Sociedade Libanesa e o Clube Britânico (British Club).

A região, apesar de pouco densificada, já que a maioria conta com economia única por lote, é bastante ativa. Entre outras palavras, é difícil encontrar lotes em desuso, como casas para alugar, vender ou abandonadas. O único lote encontrado que possui frente com a Praça Japão e está em desuso é o terreno apontado, razão principal da escolha do mesmo.



5 LEVANTAMENTO

5.3. USO DO SOLO E ATIVIDADES

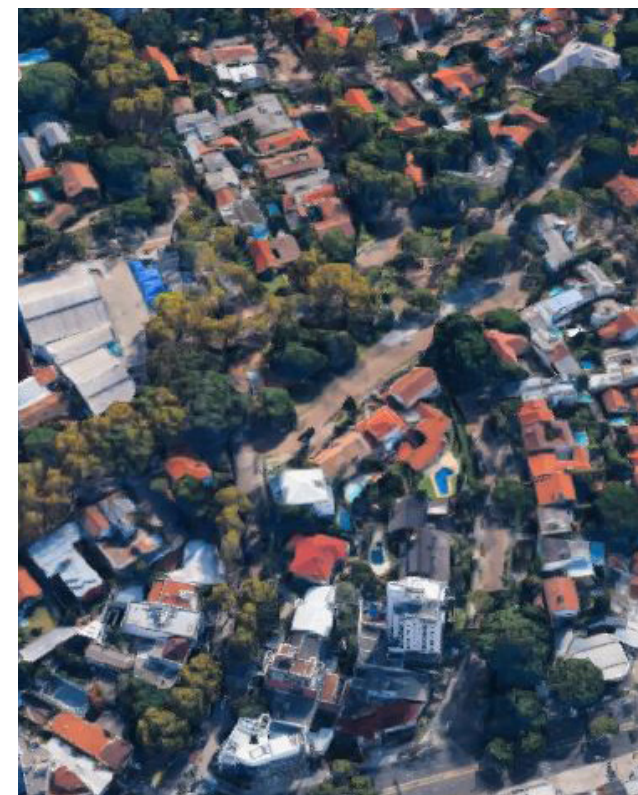
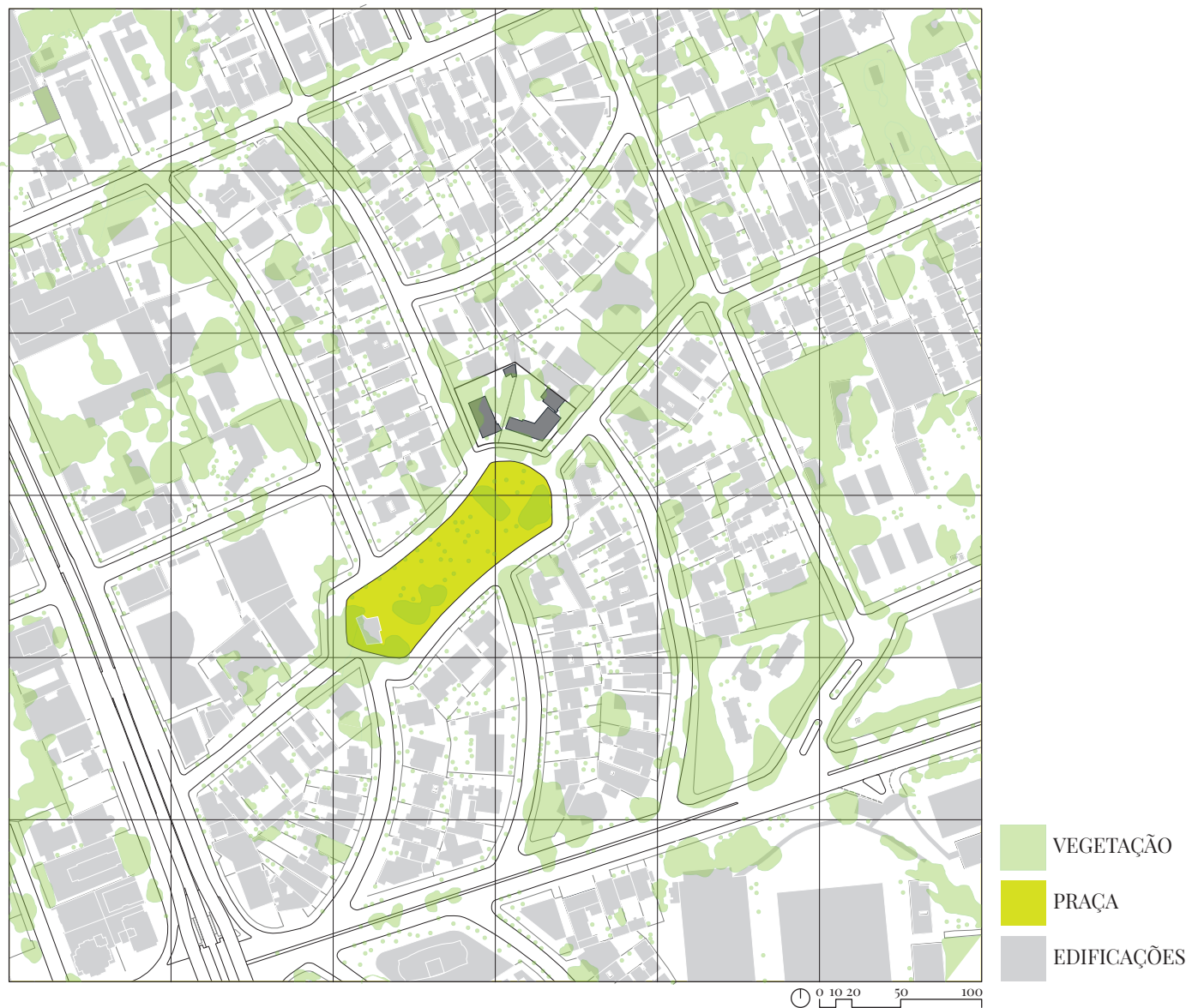
Quanto ao número de pavimentos das edificações, é possível identificar a predominância de edificações mais baixas, entre 1 pavimento a 3 pavimentos, principalmente nas proximidades da praça. Isso porque o regime urbanístico não permite a construção de edificações com alturas superiores a 9m. Sendo assim, apenas as edificações que se localizam na Av. Nilo Peçanha, Av. Carlos Gomes e R. Anita Garibaldi possuem maior alturas.



5 LEVANTAMENTO

5.4. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS

Quanto a vegetação existente, a região é caracterizada pela grande quantidade de árvores de médio e grande porte, embelezando e preservando a temperatura nas alamedas. No bairro Boa Vista predominam os plátanos, mas também estão presentes figueiras, butiás, jacarandás e pinheiros. Permeando o terreno há uma grande concentração de árvores, principalmente em frente a praça e na lateral oeste, o que beneficia o projeto em questões térmicas.



5 LEVANTAMENTO

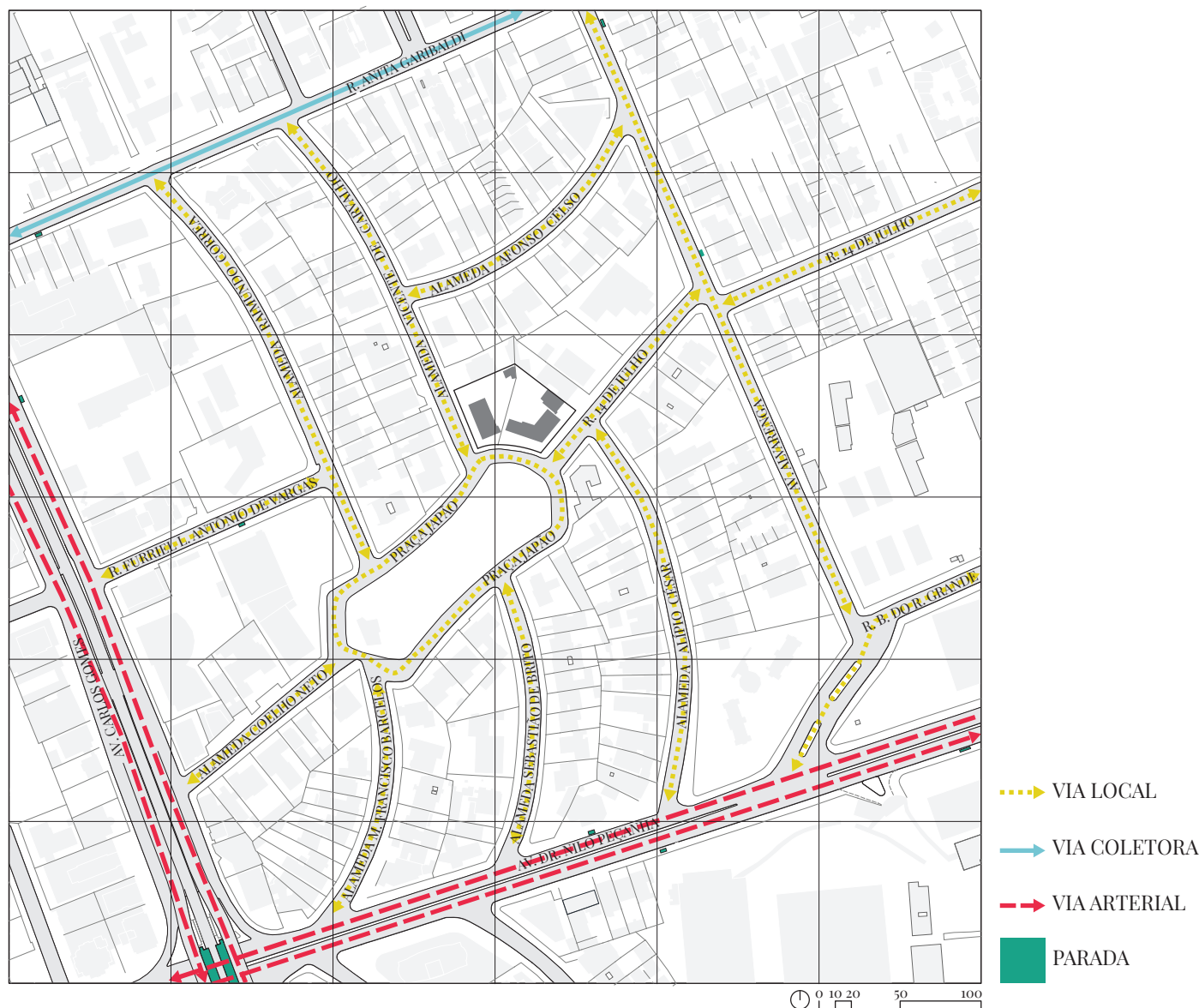
5.5. SISTEMA DE CIRCULAÇÃO

Quanto ao sistema de circulação do entorno, as vias arteriais sustentam o transporte público e privado principal, enquanto as vias locais atendem internamente o bairro, com menor fluxo e menos regiões atendidas por transporte público. A predominância de vias locais no entorno imediato do projeto facilitam a locomoção de pedestres e a concepção de uma área mais calma e tranquila em relação a Av. Nilo Peçanha e Av. Carlos Gomes, sem perder a facilidade de acesso oferecida pelas vias arteriais. Ou seja, é um local que se relaciona diretamente com a proposta de centro cultural, na medida em que é de fácil ingresso tanto no percurso centro>bairro quanto bairro>centro e ao mesmo tempo permite o contato do pedestre com a edificação a ser proposta, a praça e a cidade.

5.6. REDES DE INFRAESTRUTURA

Quanto as redes de infraestrutura, a região é servida por redes de água tratada, energia elétrica, esgoto, iluminação pública e pavimentação. O abastecimento de água tratada pela região é realizada pela Estação de Tratamento São João e o esgoto é considerado sem tratamento e com rede de esgoto misto. Segundo dados do IBGE, Censo 2010, a região conta com as seguintes porcentagens de infraestrutura:

/ Água potável:	99,97%
/ Energia elétrica:	99,97%
/ Esgoto adequado:	99,83%
/ Iluminação pública:	99,69%
/ Pavimentação:	100,00%



5 LEVANTAMENTO

5.7. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

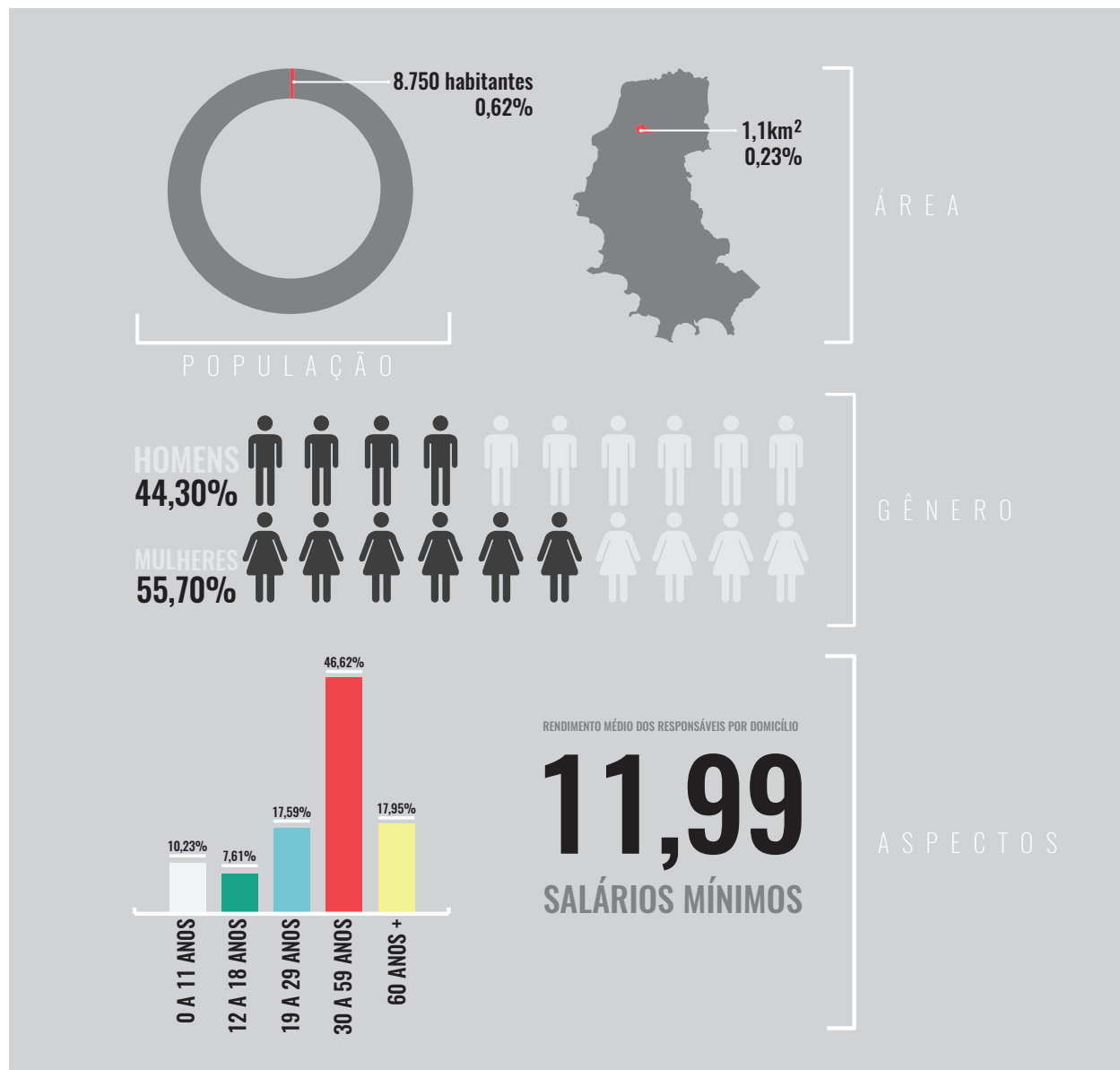
O bairro Boa Vista pertence à Região de Orçamento Participativo 2/Noroeste. Segundo dados do IBGE, Censo 2010, possui 8.750 habitantes, representando 0,62% da população do município. Com área de 1,09km², representa 0,23% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 8.027,53 habitantes por km².

Considerando os dados ao lado, é possível identificar como população principal da região, os adultos de 30 a 59 anos, representando quase metade da população do bairro. Ainda, é importante mencionar o alto rendimento médio do responsável por domicílio. É considerado entre os 10 bairros com esse dado mais alto, inclusive o valor médio de 11,99 salários mínimos do bairro é maior que o dobro da média de Porto Alegre (5,29 salários mínimos).

Sendo assim, também é possível identificar a razão por ser uma região de alto índice de população economicamente ativa, correspondendo a 63,64% da população, em números absolutos ficando atrás somente da região Centro.

Dessa forma, é possível relacionar o público local, do bairro, com o projeto proposto, uma vez que a maioria encontra-se economicamente ativa e com alta renda média.

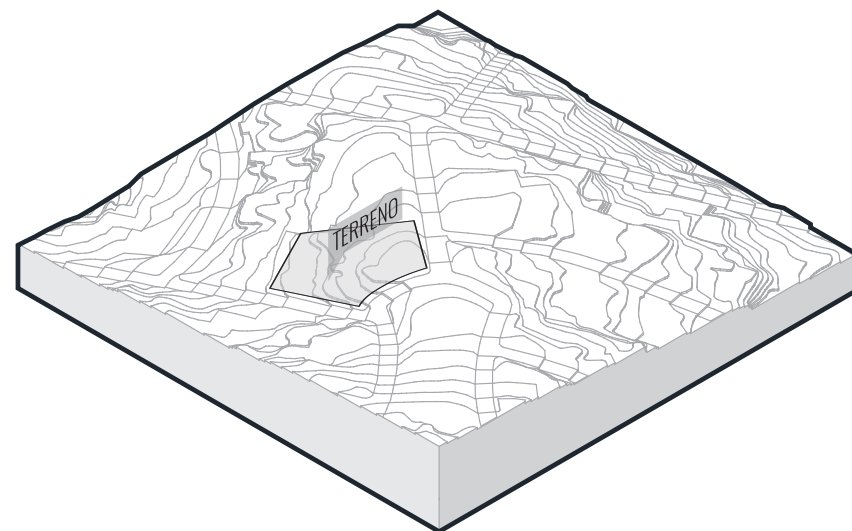
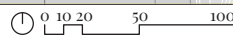
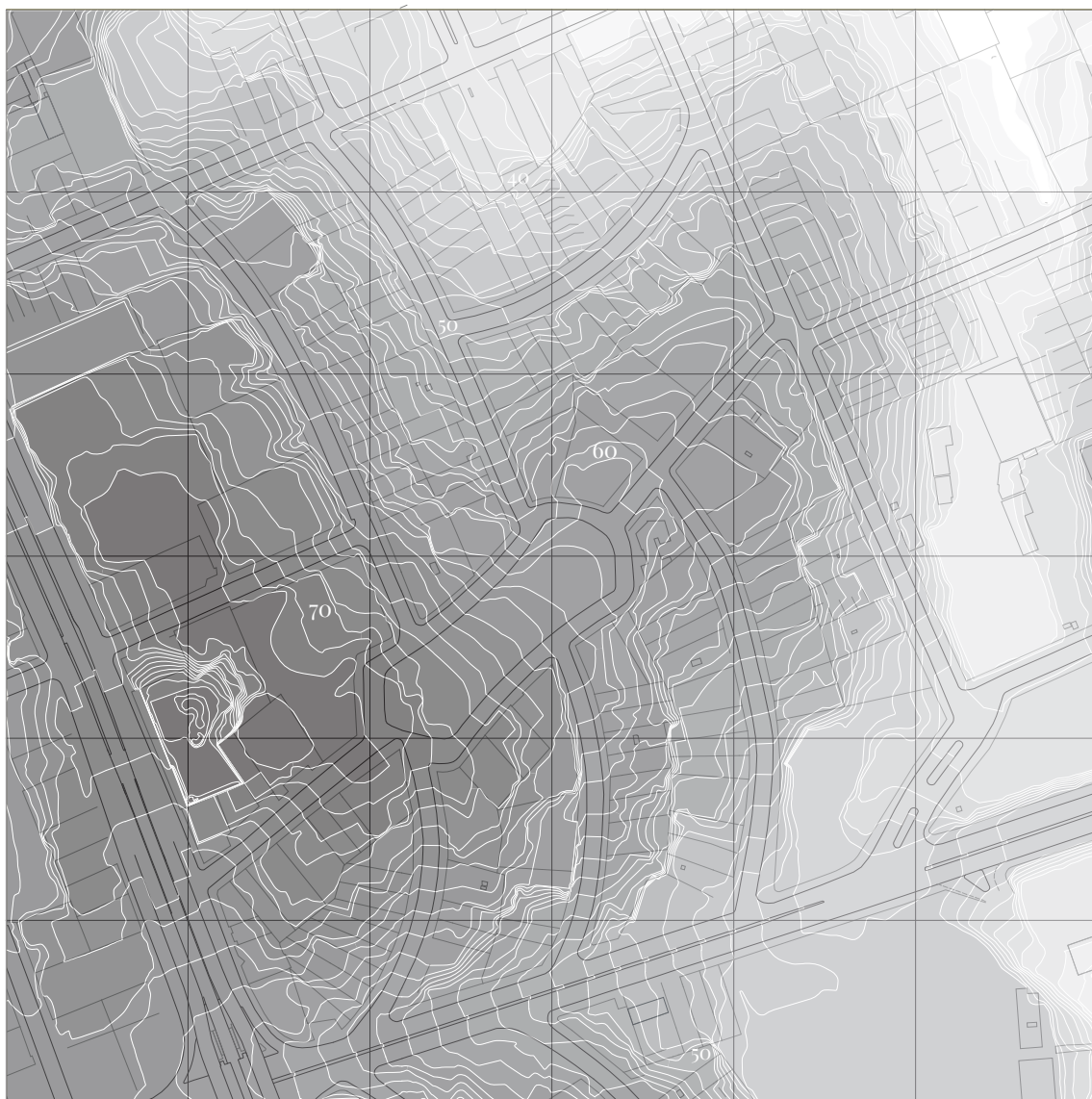
Ainda, o bairro está estrategicamente localizado em uma região de fácil acesso tanto para outros bairros quanto para o centro. Isso possibilita o acesso a demais públicos, além do local, os quais se interessem pelo programa proposto e entrem em contato com a comunidade local. Também é importante ressaltar como usuária a comunidade japonesa, que poderá vir tanto dos demais bairros quanto até de outras cidades, colônias japonesas.



5 LEVANTAMENTO

5.8. LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO

Quanto as curvas de nível do entorno, é possível identificar uma grande quantidade de curvas muito próximas umas das outras, principalmente na área do terreno. Há uma grande declividade em direção nordeste, sendo as proximidades da Av. Carlos Gomes o ponto mais elevado da região, com mais de 70m. Em relação ao terreno, há uma inclinação descendente da Praça Japão em direção a rua paralela de aproximadamente 7m, incidindo diretamente no partido de projeto.



5 LEVANTAMENTO

5.9. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO



5 LEVANTAMENTO



5 LEVANTAMENTO

Panorâmica Terreno



Panorâmica Terreno entorno Praça Japão



5 LEVANTAMENTO

5.10. CONDIÇÕES AMBIENTAIS

Quanto às condições ambientais, podemos dividir entre a estrutura e drenagem de solo; e microclima: umidade, insolação, ventos e acústica, aspectos analisados conforme o Atlas Ambiental de POA e o Diagnóstico Ambiental de POA

O solo da região é considerado do tipo média vulnerabilidade a ocupação urbana, no qual o solo é constituído por associações de podzólico vermelho-amarelo com planossolo e litossolo podzólico vermelho-amarelo, tipo de solo recorrente em locais de declive acentuado e clima frio e temperado. A aptidão do solo da região a receber fundação direta é classificada como de boa capacidade de carga, do tipo 1. A aptidão do solo à disposição da drenagem de resíduos sólidos é classificada também como classe boa, identificando o solo como permeável e com nível de lençol freático profundo. A área ainda é classificada como área não inundável (nível acima de 5m) como proteção contra inundação, com escoamento superficial de 85% a 100% e sistema de drenagem pluvial do tipo conduto forçado.

O clima de Porto Alegre é considerado do tipo clima subtropical úmido, com umidade relativa do ar em torno de 76%. O clima da região, em superfície edificada, é considerado com fraco acréscimo de calor, no qual a arborização auxilia a diminuir o efeito de ilha de calor. A insolação no verão incide de forma mais arqueada, diferindo do movimento solar no inverno, que é de forma menos inclinada. Quanto aos ventos da região, é preciso atentar aos ventos frios que incidem com maior abrangência principalmente a noroeste do terreno, e aos ventos quentes que incidem na direção sudeste do terreno. Quanto a acústica, a região possui os menores índices de ruído urbano da cidade, entre 57 db(A) a 79,4 db(A).



6 CONDICIONANTES LEGAIS

6.1. PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE (PDDUA)

Segundo o Regime Urbanístico da região, deve ser atentado as seguintes orientações:

MACROZONA 3 / UEU 90 / QTR 007 / SUBUNIDADE 5		
DENSIDADE	1	OCUPAÇÃO INTENSIVA PREDOM. RESIDENCIAL, MISTAS
ATIVIDADE	16.1	ÁREA DE AMBIÊNCIA CULTURAL – ÁREA PREDOM. RESIDENCIAL
APROVEITAMENTO	02A	IA = 1,0 SC = SIM TPC = SIM IA MÁX = 1,5 QUOTA IDEAL = 300m²
VOLUMETRIA	01	ALTURA MÁXIMA = 9m ALTURA DIVISA = 9m TAXA DE OCUPAÇÃO = 66,6%
ALINHAMENTO	4,5m	
RECUO DE JARDIM	4m	

Ainda em consideração ao PDDUA, segundo o Capítulo II – Dispositivos de Controle das Edificações, o Artigo 107 estabelece as áreas construídas não-adensáveis e insentas do cômputo do IA: destinadas a guarda de veículos nos prédios não-residenciais; de apoio, tais como reservatórios, casa de bombas, casa de máquinas de elevadores, área para depósito de lixo, transformadores, geradores, medidores, central de gás e centrais de ar-condicionado; de uso comum, tais como portarias, circulações, acessos, zeladoria.

6.2. CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES DE POA (LC Nº 284)

De acordo com o Anexo 1.1 a proposta se enquadraria na seguinte classificação:

C-4	LOCAIS PARA REFEIÇÕES: BAR, CAFÉ
E-2	ESCOLAS ESPECIAIS: ESCOLA DE ARTE, ARTESANATO, DE LÍNGUAS, DE CULTURA EM GERAL E DE CULTURA ESTRANGEIRA
F-1	LOCAIS ONDE HÁ OBJETOS DE VALOR INESTIMÁVEL: GALERIA DE ARTE, BIBLIOTECA
F-5	LOCAIS PARA PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ARTES CÊNICAS: CINEMA, TEATRO

Sendo assim, devem ser adotadas as orientações de Edificações Não Residenciais (Capítulo III) para essas classificações.

Art. 127 – São edificações não residenciais, aquelas destinadas à instalação de atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e institucionais.

Art. 128 – As edificações não residenciais deverão ter: I – pé-direito mínimo de 2,60m e 3,00m no pavimento térreo quando houver obrigatoriedade de marquises; II – estrutura e entrespos resistentes ao fogo (exceto prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do município); III – materiais e elementos de construção de acordo com o título VIII (exceto o capítulo II para prédios de uma unidade autônoma, para atividades que não causem prejuízos ao entorno, a critério do município);

6.3. CÓDIGO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO (LC Nº 420)

Segundo a classificação do Código de Edificações de Porto Alegre, podemos classificar os graus de risco:

C-4	RISCO 8: médio
E-2	RISCO 2: pequeno
F-1	RISCO 2: pequeno
F-5	RISCO 8: médio

Ainda deve ser atentado as atividades de maior risco, que devem estar dentro de 6m de distância do acesso, a fim de estabelecer o código de exigência de proteção contra incêndio a seguir, conforme Tabela 5 e 6.

433	EXTINTORES, SINALIZAÇÃO DE SAÍDA, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, INSTALAÇÃO DE HIDRANTES SOB COMANDO, ALARME ACÚSTICO, 2 SAÍDAS MÍNIMAS E ESCADA NÃO ENCLAUSURADA
-----	--

Demais exigências apontadas no código devem ser seguidos conforme as orientações prescritas.

6.4. NORMAS DE USO DO ESPAÇO AÉREO

A altitude máxima permitida para a edificação é de 140m, devido a sua localização em relação ao Aeroporto Salgado Filho, e segundo orientações da Legislação Aeroportuária e da Portaria DECEA Nº 260/ICA de 30/09/2016 (V COMAR).

6 CONDICIONANTES LEGAIS



6.5. NORMAS DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

Será consultado a NBR 9050 que determina a acessibilidade universal às edificações, principalmente em relação a acessos, desenvolvimento de mobiliário, dimensionamento de circulações e sanitários, além de a implantação de equipamentos especiais, sinalização e orientações para os espaços externos e equipamentos urbanos. Por ser uma proposta de caráter público e com atividades diversas, será analisado a norma de maneira geral, atentando principalmente para as seções de cinemas, teatros, auditórios, locais de exposições, locais de esporte, lazer e turismo, parques, praças e locais turísticos, escolas, bibliotecas e atendimento ao público.

6.6. NORMAS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE NATURAL

Não foi identificado nenhuma árvore do tipo tombada no terreno. Entretanto, de acordo com a SMAM, em caso de remoção de qualquer árvore deverá haver transplante, compensado no próprio terreno e de preferência por espécies nativas.

6.7 NORMAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

A proposta seguirá as orientações e conceitos da Legislação sobre Patrimônio Cultural, na qual estabelece, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil os dispositivos referentes a patrimônio cultural, além de centralizar leis e decretos legislativos que abrangem o tema de patrimônio cultural.

7 FONTES DE INFORMAÇÃO

7.1. BIBLIOGRAFIA

HASENACK, Heinrich. **Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resistência e Integração: 100 anos de Imigração Japonesa no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 2008.

MENEGAT, Rualdo. **Atlas ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MILANESI, Luís. **A Casa da Invenção: Biblioteca, Centro Cultural**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura** – IPOG, Goiânia, 2012.

OKAKURA, Kakuzo. **The book of tea**. 2013.

TANIZAKI, Junichiro. **In praise of shadows**. Leete's Island Books, 1977.

7.2. LEGISLAÇÃO

ABNT NBR 9050:2015 - **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, Rio de Janeiro, 2004.

Lei Complementar Nº 420/98 – Código de Proteção Contra Incêndio de Porto Alegre – CORAG – Assessoria de Publicações Técnicas, Porto Alegre, 2001.

Lei Complementar Nº 284/92 – Código de Edificações de Porto Alegre – CORAG – Assessoria de Publicações Técnicas, Porto Alegre, 2001.

Lei Complementar Nº 434, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – Secretaria do Planejamento Municipal, Porto Alegre, 2010.

Legislação sobre Patrimônio Cultural – Câmara dos Deputados, Brasília, 2013.

Lei Nº 8.313, Programa Nacional de Apoio à Cultura – Casa Civil, Brasília, 1991.

7.3. WEBSITES

<http://www.portoalegre.rs.gov.br/>

<http://dmweb.procempa.com.br>

<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smam>

<http://portoalegremanalise.procempa.com.br>

<http://www.cultura.gov.br/incentivofiscal>

<http://www.archdaily.com.br/br>

<http://www.japanhouse.jp/saopaulo>

<https://pt.windfinder.com>

7.4. NOTÍCIAS

<http://carta.fee.tche.br/article/expansao-da-populacao-asiatica-no-brasil-e-no-rs/>

<http://www.sul21.com.br/jornal/comunidade-se-organiza-para-barrar-tunel-da-anita-garibaldi-em-porto-alegre/>

<https://rsurgente.wordpress.com/2013/01/31/moradores-da-praca-japao-questionam-prefeitura-de-porto-alegre-sobre-obra-na-anita-garibaldi/>

7.5. ENTREVISTAS

Arquitetos: Guilherme Takeda, Sônia Sasada, Madalena Fuke e Thiago Kajiwará

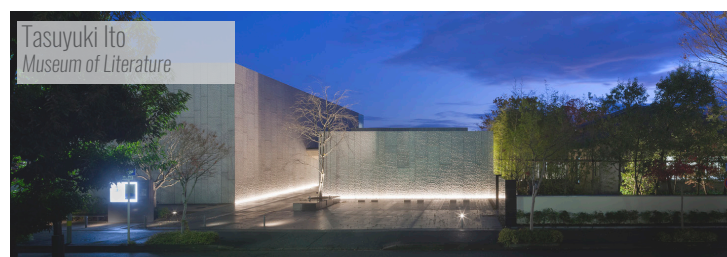
Associações Japonesas: ACJ e Consulado

7.6. IMAGENS

Fotógrafas: Ayumi Miyazaki e Áurea Jung

8 ANEXOS

8.1. REFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS



8 ANEXOS

8.2. PORTFÓLIO

P1 RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR NA VILA ASSUNÇÃO

Prof. Luis Henrique H. Lucas



P2 COBRATURA: ARQUITETURAS DO ACOLHIMENTO

Prof. Ana Vieceli, Celma Paese, Fernando Fuão e Marcelo Gotuzzo



P3 HABITAÇÃO + TRABALHO NA CIDADE BAIXA

Prof. Cláudia Cabral e Maria Luiza Adams

**Co-autoria Carol Vasques*



8 ANEXOS

8.2. PORTFÓLIO

P4E1 REFORMA + ANEXO ACADEMIA FISCOR

Prof. Marta Peixoto



P4E2 REFORMA APARTAMENTO ARMÊNIA

Prof. Marta Peixoto



U1 REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Prof. Clarice de Oliveira, Martina Lersch, Livia Piccinini e Paulo Reyes

*Co-autoria Carol Vasques e Pedro Pan



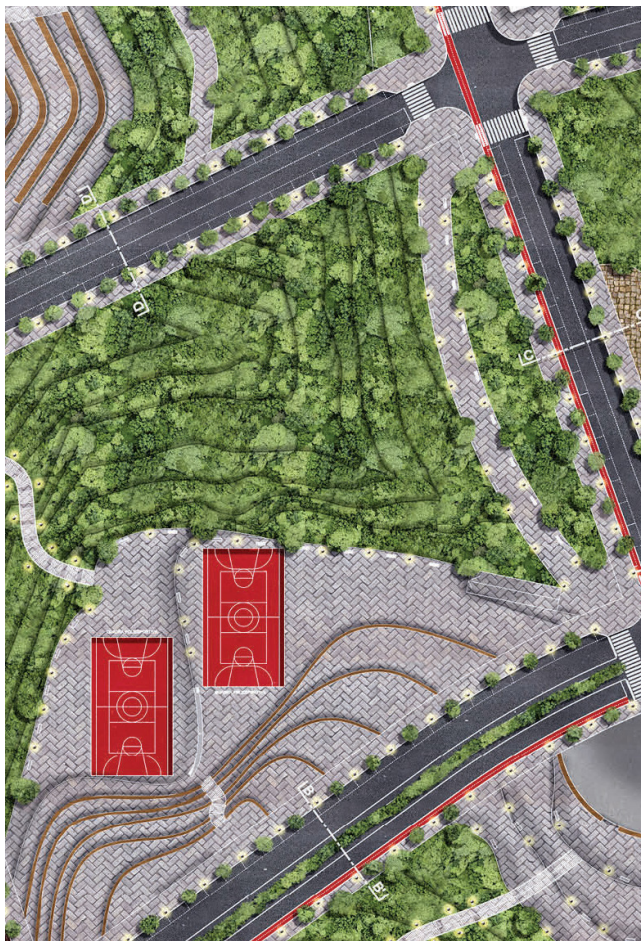
8 ANEXOS

8.2. PORTFÓLIO

U2 LOTEAMENTO NO BAIRRO PASSO DAS PEDRAS

Prof. Alice Gonçalves, Joel Outtes e Júlio Vargas

*Co-autoria Áurea Jung, Carol Vasques e Júlia Osório



U3 PROPOSTA DE CICLOFAIXA ILUMINADA EM TAPES

Prof. João Rovati e Leandro Andrade



U4 INDIVIDUAL RESEARCH PROJECT

Prof. Paul van Steen | University of Groningen | Groningen, Netherlands

*Co-autoria Áurea Jung



8.2. PORTFÓLIO

P5 ESTAÇÃO DE METRÔ: VIADUTO DA CONCEIÇÃO

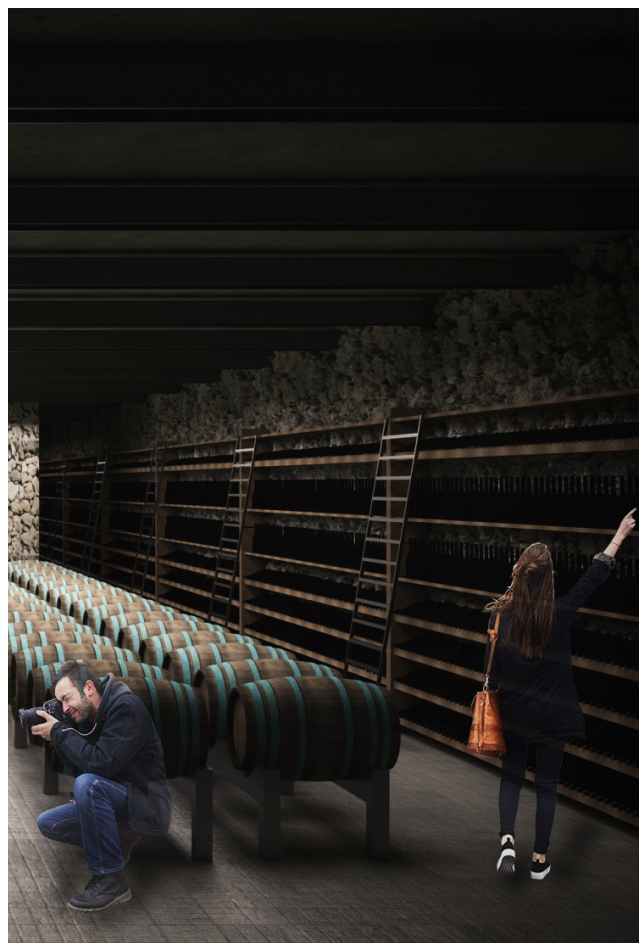
Prof. Betina Martau, Luís C. Macchi e Sérgio Marques



P6 VINÍCOLA BARCAROLA

Prof. Cláudio Calovi, Glênio Bohrer e Sílvio Belmonte

*Co-autoria Maria Júlia Maldaner



P7 CASA MODULAR SUSTENTÁVEL: CALEIDOSCÓPIO

Prof. Nicolás Palermo e Sílvia Corrêa

*Co-autoria Marina Varela e Luís Ricardo Curti



8.3. HISTÓRICO ESCOLAR

ANO SEMESTRE	ATIVIDADE DE ENSINO	TURMA	CONCEITO	SITUAÇÃO	CRÉDITOS
2016/2	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS	A	A	Aprovado	4
2016/2	CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL - ARQUITETURA	U	B	Aprovado	2
2016/2	PROJETO ARQUITETÔNICO VII	B	C	Aprovado	10
2016/2	ECONOMIA E GESTÃO DA EDIFICAÇÃO	A	A	Aprovado	4
2016/1	PROJETO ARQUITETÔNICO VI	C	B	Aprovado	10
2016/1	URBANISMO III	B	B	Aprovado	7
2016/1	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	B	A	Aprovado	4
2016/1	LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA	U	A	Aprovado	2
2015/2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B	U	A	Aprovado	4
2015/2	PROJETO ARQUITETÔNICO V	A	A	Aprovado	10
2015/2	URBANISMO II	B	B	Aprovado	7
2015/2	PRÁTICAS EM OBRA	E1	A	Aprovado	4
2014/1	MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA	B	A	Aprovado	4
2014/1	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A	U	B	Aprovado	4
2014/1	URBANISMO I	A	A	Aprovado	6
2014/1	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA II	A	B	Aprovado	2
2014/1	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM OBRA I	B	B	Aprovado	2
2014/1	ACÚSTICA APLICADA	B	B	Aprovado	2
2014/1	TÓPICOS ESPECIAIS EM PROJETO ARQUITETÔNICO I-B	U	A	Aprovado	4
2013/2	ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A	U	A	Aprovado	4
2013/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C	B	B	Aprovado	4
2013/2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS A	U	A	Aprovado	4
2013/2	PROJETO ARQUITETÔNICO IV	A	B	Aprovado	10
2013/2	TÓPICOS ESPECIAIS EM URBANISMO I-C	U	B	Aprovado	2
2013/2	TÓPICOS ESPECIAIS EM INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I - C	A	A	Aprovado	2
2013/1	ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS	U	B	Aprovado	4
2013/1	ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	U	A	Aprovado	4
2013/1	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B	U	B	Aprovado	4
2013/1	PROJETO ARQUITETÔNICO III	C	A	Aprovado	10
2013/1	TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	A	A	Aprovado	4
2013/1	HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	A	A	Aprovado	4
2012/2	EVOLUÇÃO URBANA	A	B	Aprovado	6
2012/2	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS	A	B	Aprovado	4
2012/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO A	U	A	Aprovado	4
2012/2	PROJETO ARQUITETÔNICO II	D	A	Aprovado	10
2012/2	DESENHO ARQUITETÔNICO III	A	A	Aprovado	3
2012/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	A	A	Aprovado	2
2012/2	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	B	B	Aprovado	2
2012/1	MECÂNICA PARA ARQUITETOS	B	A	Aprovado	4
2012/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III	B	A	Aprovado	2
2012/1	ARQUITETURA NO BRASIL	U	A	Aprovado	4
2012/1	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I	B	C	Aprovado	2
2012/1	PROJETO ARQUITETÔNICO I	B	B	Aprovado	10
2012/1	DESENHO ARQUITETÔNICO II	D	A	Aprovado	3
2012/1	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II	C	A	Aprovado	3
2011/2	CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS	U	B	Aprovado	6
2011/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II	B	A	Aprovado	2
2011/2	LINGUAGENS GRÁFICAS II	D	B	Aprovado	3
2011/2	DESENHO ARQUITETÔNICO I	D	A	Aprovado	3
2011/2	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I	D	A	Aprovado	3
2011/2	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II	D	A	Aprovado	9
2011/2	PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO	B	A	Aprovado	2
2011/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I	A	B	Aprovado	2
2011/1	LINGUAGENS GRÁFICAS I	B	B	Aprovado	3
2011/1	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA	A	C	Aprovado	4
2011/1	MAQUETES	B	C	Aprovado	3
2011/1	TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA	C	B	Aprovado	3
2011/1	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I	A	A	Aprovado	9
ANO SEMESTRE	ATIVIDADE DE ENSINO	CONSIDERA CRÉDITOS			CRÉDITOS
2015/2	URBANISMO IV (ARQ02006)	S im			7